

Capítulo 3

O professor de surdos como intelectual específico: formação em pauta

Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACHADO, LMCV. O professor de surdos como intelectual específico: formação em pauta. In: ALMEIDA, WG., org. *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 49-65. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O PROFESSOR DE SURDOS COMO INTELLECTUAL ESPECÍFICO: formação em pauta

Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado

Introdução

Por se tratar de um tema atual na educação de surdos e por vivermos momentos de busca constante de novos especialistas que atuem nesta área, a formação está na pauta do dia.

Este texto tem como objetivo mostrar outros elementos importantes na formação dos professores de surdos para além da técnica. Elementos como a atitude e a contraconduta, conceitos trabalhados por Foucault, são elementos que compõem a ética e a estética dos profissionais que mais do que formação, se identificam com o trabalho com surdos e por isso se envolvem profissionalmente e pedagogicamente.

Trata-se de uma parte da tese de doutoramento defendida com essa temática e busca discutir, por meio das narrativas dos professores de surdos, sua função a partir de outros referenciais, como a história de vida e a mudança discursiva vivida na educação de surdos.

A formação dos professores de surdos...

A formação de professores de surdos é um tema forte nas rodas de conversas em diferentes momentos tanto num bom boteco quanto num curso de formação. Um assunto que instiga pelo fato de compreender que, com as discussões atuais na educação de surdos, com saberes sobre a Libras sendo instituídos, percebemos que diferentes percursos formativos desses profissionais vão constituindo o que hoje chamamos de educação bilíngue.

A ideia de educação bilíngue não vem como método fechado, com um percurso ou material formativo definitivo. Mas ela é constituída com as práticas discursivas e as experiências dos profissionais que se envolvem com a educação de surdos. Tanto as práticas, as experiências, quanto os movimentos em favor dos surdos, desenvolvem a ideia de educação bilíngue discursivamente. Então fica a pergunta: como temos construído a formação desses sujeitos ao longo do caminho que a educação bilíngue vem tomando?

Segundo Machado e Lunardi-Lazzarin (2010), a formação de professores de surdos no campo da inclusão é um dispositivo de governamentalidade dos sujeitos-docentes, já que produz efeitos de verdades específicos nos discursos. Na atual conjuntura, a formação docente vem com estratégia precisa na constituição de um corpo de sujeitos-professores interessados e sensibilizados nessa política. Vem responder a uma urgência histórica. Por governamento, Foucault (2006, p. 291-292) designa:

E com essa palavra quero dizer três coisas: O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se chama de governo, sobre todos os

outros – soberania, disciplina, etc, e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

Vale pontuar a necessidade urgente de formação de um conjunto de saberes político-pedagógicos para a constituição de um corpo de *expertise* a fim de que práticas relacionadas à propagação da política instituída sejam garantidas.

Assim, os saberes legitimados pela formação de professores refinam o investimento de poder operado pelas instituições escolares, constituindo-se, nessa engrenagem, como uma estratégia de enquadramento dos sujeitos, especialmente em razão da necessidade de produzir alunos e professores dóceis, maleáveis, administráveis. Nessa paisagem em que se torna indispensável formar um determinado corpo de *experts* e colocar determinadas práticas em funcionamento, a educação especial constitui-se como uma *expertise*, um aparato de saber pedagógico emergente no contexto da modernidade para equacionar e continuar produzindo os estranhos - entre eles, os surdos – necessários à dinâmica de ordenamento dessa racionalidade (MACHADO; LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p. 23).

Pensemos, então, nos familiares e cristãos que passam a fazer parte dos novos *experts* que compõem o cenário da educação de surdos por meio da educação bilíngue, pois chegam com um saber específico e com as verdades instituídas pelas práticas discursivas vividas no meio dos surdos. Passam a falar de igual para igual com os especialistas (que outrora sustentavam outra ordem discursiva: o oralismo) afirmando: “eu vi, eu experienciei, eu sou testemunha que saber Libras é fundamental na educação de surdos. Eu tenho esse saber...”

Nas falas das professoras, descritas abaixo, podemos perceber que os diferentes espaços de formação são construídos por motivações distintas também. Enquanto a primeira professora descreve a

pressão familiar no sentido de contribuir para a educação e cuidado dos irmãos surdos, a segunda explica sua motivação cristã ao se sentir convocada para a “obra” de salvação dos surdos e acaba se tornando professora por causa da demanda. Já a terceira aparece com a emergência da inclusão e com o encontro com esse sujeito surdo que a coloca nesse lugar.

Magistério era o curso de tradição na minha família, então não poderia ser diferente comigo. Conclui o curso normal e comecei a trabalhar em uma creche em Viana. Foi quando uma prima que trabalhava com surdos, pois ela tinha um filho surdo e trabalhava na escola Oral e Auditiva em Vitória me convidou para fazer um curso oferecido pelo Estado. No princípio eu relutei, mas a minha mãe relutou mais ainda contra a minha decisão, pois ela cobrava que só ela levava meus irmãos para escola e precisava de ajuda. Foi por um pouco de pressão que tomei a decisão e fui fazer o curso junto com uma outra prima. (Prof.^a Janaína).

Há mais ou menos 20 anos atrás interessei em fazer um curso de LIBRAS que na verdade foi o primeiro no município de São Mateus-ES ministrado por uma jovem que veio do Rio de Janeiro na Primeira Igreja Batista. Muito curiosa em conhecer a língua dos Surdos, fui a primeira aluna ouvinte a se matricular. Confesso que não foi nada fácil, mas fui em frente e, então, aconteceu que durante esse período fiquei grávida e precisei deixar a interpretação. (Prof.^a Rosa).

Por querer aprofundar mais meus conhecimentos em 2008 sai da sala regular e passei a trabalhar no AEE da prefeitura de Vitória, cada dia me encanto mais em trabalhar com alunos surdos e vejo o quanto eu tenho de aprender e essa “falta de saber” me instiga a querer sempre mais informações. Tenho muito a aprender e que bom termos um grupo pra discussão de nossas práticas e teorias para embasar nosso trabalho. (Prof.^a Liana).

As práticas que há anos vêm instituindo o movimento surdo, e que alimentam esses grupos, constituem esse novo saber, essa verdade que está relacionada à experiência. O perigo se dá quando começa a se tornar uma verdade oracular¹ e não experiencial, quando as condições sociais no momento histórico em que se instituem as legitimam (como as leis e os decretos de Libras, por exemplo). Assim, as formações as tomam para si como um saber único e exclusivo, como a verdade do momento, da atualidade.

O professor de surdos como intelectual específico

A função do intelectual, de acordo com Foucault (2006, p. 249), não se resume a dizer, aos outros, o que deve ser feito:

Com que direito o faria? Lembrem-se de todas as profecias, injunções e programas que os intelectuais puderam formular durante os dois últimos séculos, cujos efeitos agora se veem. O trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é, através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão para desempenhar).

Foucault continua em defesa de um posicionamento político do intelectual, uma vez que afirma que um regime político é inconsistente

1 A verdade oracular é exemplificada por Foucault na história na peça de Sófocles: Édipo, o Rei. Ali, Foucault problematiza a verdade oracular como aquela que provavelmente jamais será questionada. Vem com força. Apesar disso, o servo de Laio (o rei) traz uma verdade da experiência; aquela que diz: eu vi, então posso dizer.

quando indiferente à verdade, e perigoso quando pretende prescrevê-la. E o intelectual, quando tem como função o “dizer verdadeiro”, precisa ter cuidado com essa função, e não se trata de um dizer prescritivo, mas analítico das relações que os sistemas de pensamento vão se constituindo. O seu papel consiste em fazer a crítica.

Em vários cursos proferidos no Collège de France, o autor trabalha a questão da arte de governar analisando os sentidos e dispositivos que constituem essa arte historicamente no exercício do poder e do saber. Afirma que a ideia dessa arte está ligada diretamente à descoberta e ao conhecimento de uma verdade. E “[...] isso implica a constituição de um saber especializado, a formação de uma categoria de indivíduos também especializados no conhecimento dessa verdade” (FOUCAULT, 2010b, p. 46).

Diante disso, Foucault nos alerta para algo que acontece inversamente a constituição desse saber especializado com a verdade constituída, que diz respeito ao “[...] fato de um certo número de indivíduos apresentarem-se como especialistas da verdade a ser imposta à política é porque, no fundo, eles encobriram qualquer coisa” (FOUCAULT, 2010b, p. 46).

Quando um sistema de pensamento (e em nosso caso aqui, o cenário da educação de surdos é esse sistema) começa a constituir verdades que vão se modificando, os saberes especializados, por sua vez, também vão tomando outros rumos e criando especialistas nesses saberes.

No nosso caso, “o saber da Libras”, como um saber especializado, vai tomando espaço de forma institucionalizada, abrindo caminhos e possibilidades outras para a existência da educação bilíngue para os surdos em nossa atualidade, substituindo o especialista em surdez. Temos, pelo menos, quatro novos especialistas nesse quadro atual: os professores bilíngues, os intérpretes de Libras, os instrutores de Libras e os professores de língua portuguesa como segunda língua.

O papel do intelectual pode também ser confundido e muitas vezes enaltecido por alguns. Foucault (2010a) também chama atenção para isso em conversa com José, um operário da Renault. José diz:

O papel do intelectual que se põe a serviço do povo pode ser o de reenviar, amplamente, a luz que vem dos explorados. Ele serve de espelho. [E o próprio responde:] Pergunto-me se você não exagera um pouco o papel dos intelectuais. Estamos de acordo, os operários não precisam dos intelectuais para saber o que fazem, eles próprios o sabem muito bem. [...] Seu papel não é o de formar a consciência operária, visto que ela existe, mas de permitir a essa consciência, a esse saber operário entrar no sistema de informações, difundir-se e ajudar, conseqüentemente, outros operários ou pessoas que não têm consciência do que se passa (FOUCAULT, 2010a, p. 87).

E então José conclui dessa fala de Foucault:

E, a partir daí, o intelectual favorece as trocas. Então, ele não vai dizer aos operários o que é preciso fazer. Ele reúne as ideias. Escreve. Acelera as trocas, as discussões entre as pessoas sobre o que as divide (FOUCAULT, 2010a, p. 87).

E ainda discutindo com Deleuze, Foucault afirma categoricamente:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem (FOUCAULT, 2005, p. 71).

Essa é a nova relação com a prática que Deleuze e Foucault chamam atenção no papel do intelectual. Para eles

é por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. [E Deleuze completa:] Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. [...] É preciso que sirva, é preciso que funcione (FOUCAULT, 2005, p. 71).

O verbete *Intelectual* no vocabulário de Foucault (2005) nos dá mais pistas para pensarmos e levantarmos questões sobre o papel desse sujeito na sociedade atual.

Tradicionalmente, a politização de um intelectual, segundo Foucault, levava-se a cabo segundo dois eixos: sua posição de intelectual na sociedade burguesa e a verdade que trazia à luz em seu discurso. Um intelectual dizia a verdade àqueles que não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la. Assim, o intelectual de “esquerda” tomava a palavra e, como representante universal, se lhe reconhecia o direito de falar como mestre da verdade e da justiça. [...] Foucault opõe a essa figura do “intelectual universal” a figura do intelectual específico. Enquanto o intelectual universal deriva do “jurista-notável” (do homem que reivindicava a universalidade da lei justa), o intelectual específico deriva do “sábio-experto” (FOUCAULT, 2005, p. 80, grifo nosso).

Continuando na linha de discussão sobre o intelectual específico, tomo como referência o texto de Francesco Paolo Adorno (2004), que traz uma discussão levantada por Foucault em seu curso “A Coragem da Verdade”, sobre a tarefa do intelectual num modelo socrático. Ele começa apontando para a diferença que Foucault percebe entre o intelectual universal e o intelectual específico, conforme citado no próprio verbete do vocabulário. O universal é portador da verdade e da justiça. Quase uma consciência da sociedade. Essa visão “universal” lhe permite distinguir o certo do errado, o verdadeiro do falso, e faz com que esses intelectuais não ajam sobre questões práticas e locais, e por isso acabam mantendo um discurso generalista.

Para Foucault, essa figura, em nossos tempos, deve ser substituída pelo intelectual específico, que age segundo outra relação entre teoria e prática. Age sobre problemas práticos, locais. Devido à sua relação com o conhecimento de um campo específico, opera com uma crítica determinada. Seu papel político não se refere apenas a criticar os conteúdos ideológicos em busca de uma ideologia justa.

É antes saber se é possível constituir uma nova política de verdade. O problema não é mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico e institucional de produção de verdade (ADORNO, 2004, p. 43).

Ao lidarmos com a verdade como produto de um jogo de forças que opera sobre a maquinaria social criando regimes, podemos concluir, então, que não existe nem uma natureza, nem uma essência da verdade se refletindo no mundo. Portanto, o intelectual “específico” tem seu papel bem determinado na ação sobre as diferentes verdades.

Partindo dessa premissa, podemos concluir que o papel desse intelectual é desestruturar o presente. Não a partir de uma simples crítica desse presente, “mas na tenacidade em demonstrar a contingência do presente, em desestruturá-lo como resultado de um processo histórico”. (ADORNO, 2004, p. 43). E exclui qualquer possibilidade de prever o futuro. Ele deve dizer como é hoje, fazendo aparecer como não sendo de fato e como poderia não ser.

Seu papel pode ser retomado na perspectiva de Foucault.

Desde que ele renuncie a se considerar como a consciência universal da sociedade e se dedique à discussão de alguns problemas específicos, a questão é saber qual será o real impacto de sua crítica sobre a sociedade e que tipo de relação se estabelecerá entre seu trabalho teórico e sua prática de vida (ADORNO, 2004, p. 44).

Segundo Foucault, é a responsabilidade de cada um estar engajado numa mudança social ampla e profundamente crítica. “A função do intelectual é ajudar a formular corretamente os problemas” (ADORNO, 2004, p. 45). Não cabe ao intelectual apontar para um sistema correto ou incorreto, mas mostrar como acontece, destrinchar os processos, dizer como funciona determinado regime. Cabe às pessoas fazerem suas escolhas.

Em segundo lugar, para Foucault, a partir da problematização dos problemas locais, o intelectual se torna capaz de pensar problemas gerais. Inclusive, a opção por problemas locais que são analisados pelo intelectual acabam por estar relacionados a questões individuais.

É a partir de si que se pode fazer funcionar questões técnicas e locais que representam outros tantos pontos de vista que levam a uma visão do conjunto da sociedade e de seu funcionamento. O intelectual deve ser capaz se interrogar enquanto cidadão preocupado com as questões técnicas e questões cotidianas. Ele mesmo poderá ser o motor de análises teóricas justamente a partir de seus questionamentos pessoais. Dito de outro modo: ele deve ser capaz de permutar sua posição de intelectual com sua posição de cidadão (ADORNO, 2004, p. 46).

Enfim, o trabalho do intelectual, para além da função política, mas por conta da sua ligação com a vida prática e as questões teóricas defendidas, também está ligado a uma existência ética e estética.

A fim de que o intelectual não caia na armadilha dos jogos de poder quando está na luta política das minorias dando sua contribuição à causa com seu conhecimento técnico, ele deve se limitar a fazer seu trabalho, porém, sem nunca perder sua capacidade crítica profunda que está ligado, diretamente, ao seu papel.

Diante dessa mudança de perspectiva quanto ao trabalho do intelectual, e do seu papel, definido pelo próprio filósofo como a “Desestruturação do Presente”, Foucault promove uma discussão sobre o que é denominado por Baudellaire como “atitude de modernidade”. Ele o faz quando discute o PRESENTE como um conceito, analisando uma resposta de Kant a seguinte pergunta: *Was ist Aufklärung*² Que traduzindo: *O que são as Luzes?*

Para Foucault (2005), Kant em sua resposta levanta um problema novo analisando o presente como pura atualidade, pois quando o analisa, não o faz a partir de um resultado de uma ação que seria futura

2 O pintor da vida moderna, um livro.

ou de uma totalidade. “Ele busca uma diferença: qual a diferença que ele introduz hoje em relação a ontem?” (FOUCAULT, 2005, p. 337).

A hipótese que Foucault levanta é a de que esse texto de Kant é uma reflexão sobre a atualidade de seu trabalho já que se encontra entre uma análise crítica e uma análise histórica do mesmo. E essa reflexão sobre a “atualidade” do trabalho em questão, para Foucault, é um esboço do que poderia se chamar de “atitude de modernidade”.

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa (FOUCAULT, 2005, p. 342).

A modernidade para Foucault tem algumas caracterizações específicas. E o próprio busca em Baudelaire³ a inspiração para discutir esse tema. Uma característica é a frequência com que a modernidade é vista como uma “ruptura da tradição, sentimento de novidade, vertigem do que passa” (FOUCAULT, 2005, p. 342). Para Baudelaire, segundo Foucault:

[...] ser moderno não é reconhecer e aceitar esse movimento perpétuo; é ao contrário, assumir uma determinada atitude em relação a esse movimento; e essa atitude voluntária, difícil, consiste em recuperar alguma coisa de eterno que não está além do instante presente, nem por detrás dele, mas nele (FOUCAULT, 2005c, p. 342).

A atitude de modernidade toma o alto valor que tem o presente, mas sem se eximir de imaginá-lo diferente do que é, transformando-o sem destruí-lo, mas captando-o.

3 Na obra *O pintor da vida moderna*.

A modernidade baudelairiana é um exercício em que a extrema atenção para com o real é confrontada com a prática de uma liberdade que simultaneamente, respeita esse real e o viola (FOUCAULT, 2005, p. 344).

Outra característica da modernidade, para além da relação com o presente, é a relação consigo mesmo.

Ser moderno não é aceitar a si mesmo tal como é no fluxo dos momentos que passam; é tornar a si mesmo como objeto de uma elaboração complexa e dura (FOUCAULT, 2005, p. 344).

Essa atitude voluntária de modernidade requer, como diz Foucault, um ascetismo indispensável.

O homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida; ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo. Essa modernidade não liberta o homem em seu ser próprio; ela impõe a tarefa de elaborar a si mesmo (FOUCAULT, 2005, p. 344).

Na aula de 5 de janeiro de 1983, no curso “O Governo de si e dos outros”, Foucault lê a resposta que Kant deu à pergunta sobre “O que são as luzes?": “A saída do homem da sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável” (FOUCAULT, 2010b, p. 25). E quando Foucault, nessa mesma aula, vai discorrendo detalhadamente sobre o que Kant diz sobre esse assunto, o autor entra na questão da capacidade do homem de elaboração de sua própria subjetividade, de governar a si mesmo. E a isso, chama de *atitude*. Não é apenas um trabalho político, mas estético. Diante do exposto, é possível pensar o professor de surdos como um intelectual específico? Por que razão isso se torna uma questão do nosso presente?

Concluindo sem de fato concluir...

Se pensarmos a trajetória histórica desses novos *experts*, percebemos que já foram “apenas” intérpretes em igrejas e em associações, além de bons cristãos e familiares, ou ainda, quando não familiares, simpatizantes com a causa surda por algum chamado de Deus, por alguma missão especial. O trabalho sempre foi altamente relacionado a uma vivência pessoal com o sujeito surdo. Com isso, tornam-se detentores de um saber perigoso: o saber da palavra, ou seja, o próprio poder da enunciação. Esse saber e, por consequência, as relações de poder evidentes, os colocam constantemente num lugar de destaque em situações diversas, mexendo, muitas vezes, com a sua própria humanidade, com a tentação de conduzir as minorias, manipular as palavras, criando regimes de verdades.

Por quanto tempo entenderam que seu papel principal era retirar os surdos do “lado sombrio” do mundo do silêncio, para a luz do mundo ouvinte... uma espécie de exercício do poder pastoral sobre esse sujeito menor e governável. Entendendo a conduta

[...] como de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, [...], mas é também a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta [...] (FOUCAULT, 2008, p. 255).

E de uma certa forma, levar a esse sujeito o esclarecimento, muitas vezes se colocando como sendo “próprio esclarecimento”, definindo uma espécie de estatuto ontológico a fim de tirar o surdo do seu estado de minoridade conduzindo-o ao estado de maioridade⁴.

4 Foucault (2010) afirma que o estado de minoridade, para Kant, é justamente quando o homem se coloca para ser dirigido por outro.

E se hoje, na esteira de Foucault, é ousado colocar esses professores nesse lugar do intelectual específico, é porque acredita-se que tanto a Língua de Sinais quanto a educação de surdos vêm ganhando contornos acadêmicos consideravelmente fortes com o conjunto de saberes que se formam ao redor das práticas que constituem esse campo teórico.

Então, quando se ousa pensar em professores de surdos, que hoje se constituem bilíngues, devem ser assumidos alguns compromissos e observados alguns cuidados. Principalmente se caem na armadilha de não exercitar a aliança entre a prática de vida e o conhecimento teórico como uma forma ética de vivência. Faz-se necessário olhar-se no espelho e observarmos como nos subjetivamos, como tomamos a ATITUDE. Fazem o que dizem?

Nesta perspectiva, a contraconduta nos permite direcionar nossos olhares para um lugar técnico e ético ao alcance do saber para o sujeito surdo. Com isso, Foucault denomina movimentos de contraconduta como possibilidade:

[...] movimentos específicos que são resistências, insubmissões, algo que poderíamos chamar de revoltas específicas de conduta [...]. São movimentos que têm como objetivo outra conduta, insisto: é querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação (FOUCAULT, 2008, p. 257).

Esses profissionais, professores de surdos, vivenciam movimentos de contraconduta. Querem ser conduzidos de outras formas. Quando as professoras Janaína, Roa e Liana, num grupo de outras professoras, contam como iniciaram seus trabalhos, buscam ser conduzidas de outra forma, já que percebem que a necessidade da formação se instala quando o discurso vai se modificando. Saberes vão se alternando. Vale ressaltar, por exemplo, a atuação como intérpretes informais numa época em que a língua de sinais não era conhecida e era amplamente confundida com gestos.

Quando exercem essa atitude de serem conduzidas de outro modo, mesmo dentro de um sistema fechado tornam-se sujeitos capazes de verdade. Adorno (2004) levanta algumas questões extremamente necessárias: “Qual a relação entre verdade e a crítica do trabalho do intelectual? Para que reconhecer se a crítica é autêntica e verdadeira? Em quem confiar e por quê?” (ADORNO, 2004, p. 54). Essas questões, segundo o autor, visam encontrar critérios que permitam verificar a autenticidade da crítica feita pelo intelectual. O autor argumenta que é necessário responder a essas questões porque em primeiro lugar, “a resposta constitui a chave da atitude política pessoal” e em segundo lugar, “o vínculo, que é desde o princípio ético entre o dizer e fazer representa o critério para julgar a validade e a veracidade de uma posição política” (ADORNO, 2004, p. 54).

E, por fim, mais do que uma atitude técnica e prática, a formação dos professores de surdos implica uma escolha estética ao pensar nas experiências, e nas vivências e nas atitudes que devem ser tomadas, já que estão relacionadas diretamente com os movimentos surdos e com as lutas implementadas por este grupo minoritário

REFERÊNCIAS

ADORNO, Francesco Paolo. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, Frédéric (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Trad. de Marcos Marcionilo São Paulo: Parábola editorial, 2004.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado ... 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2005.

_____. O que são as luzes? In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Segurança, território e população. . Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O intelectual serve para reunir idéias mas seu saber é parcial em relação ao saber operário. In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos VI: Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Conversando com Michel Foucault. In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos VI: repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF/ Martins Fontes, 2010.

_____. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Trad. Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

MACHADO, Fernanda de Camargo; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Formar, tolerar, incluir: tríade de governamento dos professores de surdos. In: LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise; LOPES, Maura Corcini; MACHADO, Fernanda de Camargo (org.). **Cadernos de Educação**, Pelotas, ano 19, n. 36, p. 19-44, maio-ago. 2010.